Pobreza e bem-estar em Moçambique:

Quarta avaliação nacional

Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF 2014/15

Novembro 2016

Ministério de Economia e Finanças
Direcção de Estudos Económicos e Financeiros

POBREZA E BEM-ESTAR EM MOÇAMBIQUE:

RESUMO DA QUARTA AVALIAÇÃO NACIONAL

(IOF 2014/15)

Índice

1. Introdução 1

2. Dados e definições 1

2.1 Fontes de dados 1

2.2 Definição da pobreza 2

3. Pobreza de consumo 3

4. Desigualdade 7

5. Pobreza e bem-estar multidimensional 10

5.1 Comparação entre os resultados da pobreza de consumo e da pobreza multidimensional 16

6. Conclusões 18

7. Anexo 20

7.1 Linhas de pobreza 20

7.2 Profundidade da pobreza, IAF96, IAF02, IOF08, IOF14 22

7.3 Indivíduos pobres (números absolutos), IAF96, IAF02, IOF08, IOF14 22

7.4 Pobreza multidimensional: Prevalência de privação por cada indicador (%) 23

1. Introdução

Este resumo apresenta uma análise compreensiva de pobreza e bem-estar, e suas tendências em Moçambique. A informação mais recente sobre pobreza e bem-estar provém principalmente do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2014/15 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Os resultados deste último inquérito são comparados com os obtidos em rondas de inquéritos anteriores (2008/09, 2002/03 e 1996/97). O Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2014/15 (doravante IOF14) foi feito entre 2014 e 2015, o que permite também avaliar o desempenho de Moçambique pelo que concerne aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

2. Dados e definições

2.1 Fontes de dados

A Quarta Avaliação da Pobreza e Bem-Estar utiliza dados provenientes do Inquérito ao Orçamento Familiar 2014/15 (IOF14). Os resultados deste inquérito são comparados com os resultados equivalentes de inquéritos anteriores, particularmente os inquéritos aos agregados familiares IAF 1996/97 e 2002/03, e o IOF 2008/09 (doravante nomeados IAF96, IAF02 e IOF08). Em vários aspectos, o IOF14 é muito semelhante aos três Inquéritos ao Orçamento Familiar anteriores (IOF08, IAF02 e IAF96), utilizados para produzir as respectivas avaliações nacionais da pobreza. Apesar da existência de algumas diferenças na estrutura dos

questionários, os quatro inquéritos são comparáveis no que diz respeito ao seu objectivo principal: medir a pobreza de consumo e outras dimensões de bem-estar num determinado ponto no tempo. Em coerência com os três inquéritos anteriores, o IOF14 contém dados relativos à despesa de consumo de bens alimentares, numa amostra aleatória de cerca de 11.000 famílias. Esta amostra é representativa de Moçambique, no seu todo, das zonas rurais e urbanas e de cada uma das dez províncias, para além da Cidade de Maputo. A colecta de dados teve lugar durante o período de um ano, entre Agosto de 2014 e Agosto de 2015. Contrariamente aos inquéritos anteriores onde cada agregado era inquirido só uma vez por ano, no IOF14 cada agregado familiar era suposto ser inquirido em cada um dos quatro trimestres durante a colecta de dados. Contudo, só se realizou o inquérito aos agregados familiares no primeiro, segundo e quarto trimestre.

2.2 Definição da pobreza

O conceito de pobreza enquadra-se numa temática mais ampla de bem-estar e refere-se às múltiplas dimensões da vida humana. A definição da privação ou pobreza pode assumir linhas distintas. Num enfoque mais geral, a pobreza existe quando as pessoas não possuem capacidades necessárias para alcançarem um nível adequado de rendimento, de boa saúde e educação, de segurança, de autoconfiança e de liberdade de expressão, entre outros (Sen, 1999).

3. Pobreza de consumo

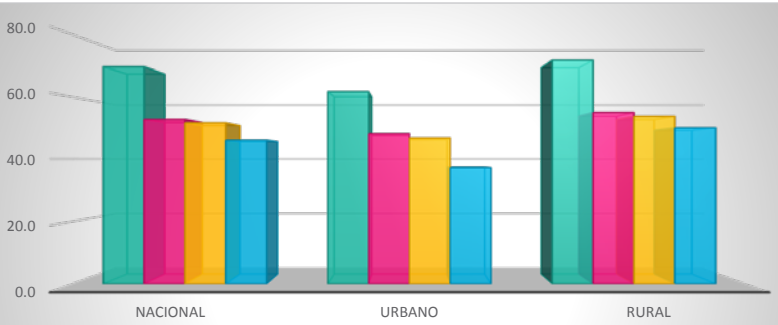
O consumo das famílias é a variável tradicionalmente mais usada para avaliar a pobreza. Os métodos utilizados para medir a pobreza de consumo são coerentes com as análises anteriores.

O índice de incidência da pobreza, *Po*, é a proporção de pessoas pobres, ou seja, cujo consumo (*per capita*) está abaixo da linha de pobreza.[1]

Os resultados da pobreza de consumo apontam para uma redução substancial dos níveis de pobreza ao longo do período 1996-2015. A redução foi mais acentuada para as áreas urbanas e para o sul, e níveis de pobreza elevados permanecem nas províncias de Niassa, Nampula e Zambézia. A taxa de pobreza a nível nacional diminuiu entre 1996/97 e 2002/03, estagnou entre 2002/03 e 2008/09, mas voltou a baixar no período 2008/09-2014/15. A redução observada é superior aos cinco pontos percentuais comparada com 2008/09, e superior aos vinte pontos percentuais comparada com 1996/97 (Figuras 1, 2 e 3).

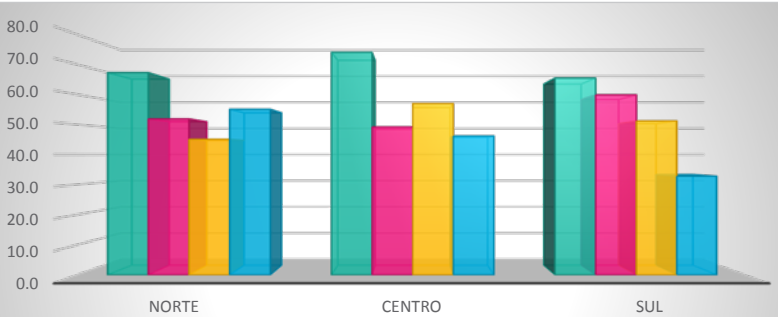
[1] No que segue o índice de incidência da pobreza vai ser também indicado como taxa de pobreza.

Figura 1: Taxa de Pobreza, nível nacional e rural/urbano (%)



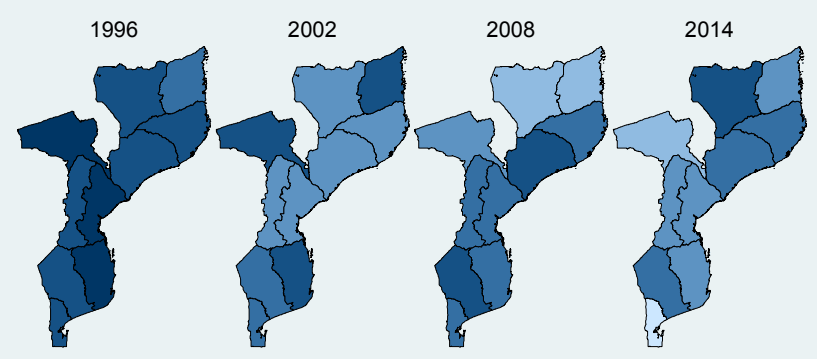
	Nacional	Urbano	Rural
IAF96	69.7	61.8	71.8
IAF02	52.8	48.2	55.0
IOF08	51.7	46.8	53.8
IOF14	46.1	37.4	50.1

Figura 2: Taxa de Pobreza, nível regional (%)



	Norte	Centro	Sul
IAF96	67.3	74.1	65.5
IAF02	51.9	49.2	59.9
IOF08	45.1	57.0	51.2
IOF14	55.1	46.2	32.8

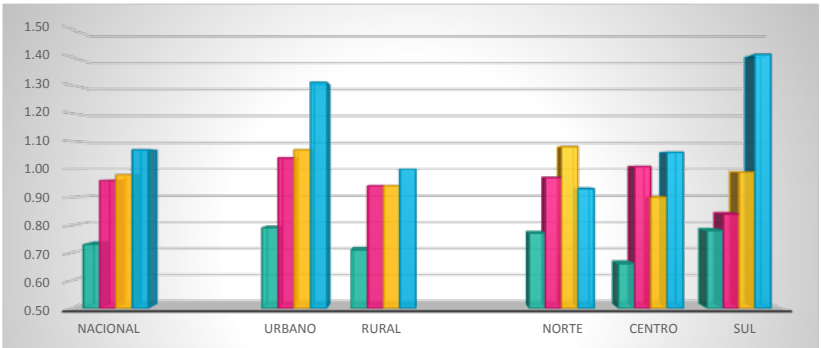
Figura 3: Taxa de Pobreza, nível provincial (%)



ÁREA	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
NIASSA	71.9	48.3	33.0	60.6
CABO DELGADO	59.1	60.3	39.0	44.8
NAMPULA	69.4	49.1	51.4	57.1
ZAMBÉZIA	67.6	49.7	67.2	56.5
TETE	81.9	60.5	41.0	31.8
MANICA	62.4	44.7	52.8	41.0
SOFALA	87.8	41.3	54.4	44.2
INHAMBANE	83.0	78.1	54.6	48.6
GAZA	64.8	55.4	61.0	51.2
MAPUTO PROVÍNCIA	65.6	59.0	55.9	18.9
MAPUTO CIDADE	47.1	42.9	29.9	11.6

Ao mesmo tempo que a pobreza decresceu, a Figura 4 evidencia como o consumo real *per capita* das famílias tenha aumentado ao longo do tempo.

Figura 4: Consumo real per capita (mediana), nível nacional, urbano/ rural e regional (%)



	Nacional	Urbano	Rural	Norte	Centro	Sul
IAF96	0.73	0.79	0.71	0.77	0.66	0.78
IAF02	0.96	1.04	0.94	0.97	1.01	0.84
IOF08	0.98	1.07	0.94	1.08	0.90	0.99
IOF14	1.07	1.31	1.00	0.93	1.06	1.41

Nota: O consumo real *per capita* é calculado como rácio entre o consumo nominal *per capita* e a linha de pobreza específica do domínio espacial. Dado que as linhas de pobreza representam o custo de aquisição de um cabaz básico em cada domínio espacial, o rácio do consumo nominal *per capita* de cada família com as linhas de pobreza indica o número de cabazes básico que as pessoas podem adquirir por dia.

4. Desigualdade

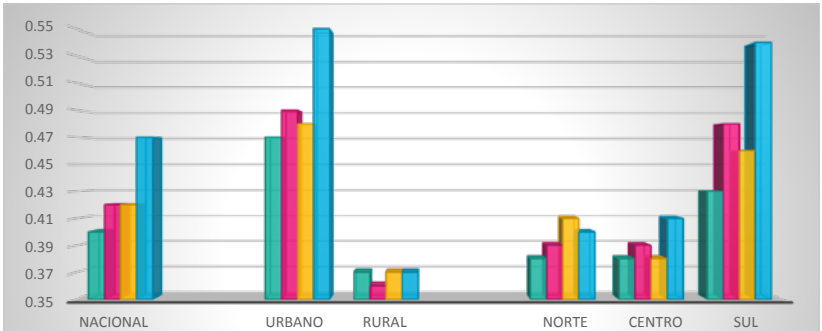
Além das medidas de pobreza, os inquéritos familiares também podem ser usados para fornecer informações sobre a desigualdade e a distribuição do consumo. A distribuição dos benefícios da produção e seu crescimento é extremamente relevante para o desenvolvimento económico e social. De facto, o consumo privado, o crescimento, a desigualdade e a pobreza estão relacionados.

A medida mais conhecida de desigualdade é o coeficiente de Gini: por definição, este coeficiente está limitado no intervalo [0,1], onde o zero representa a inexistência de desigualdade, e a medida que a desigualdade vai crescendo o coeficiente aproxima-se a um (1). Outras medidas de desigualdade apresentadas neste relatório são os rácios de percentis: estes rácios comparam o consumo dos indivíduos num determinado percentil da distribuição (do consumo) com o consumo dos indivíduos em outro percentil. O rácio p90/p10, por exemplo, compara o consumo dos indivíduos no percentil 90 e no percentil 10. Este rácio diz-nos quantas vezes o consumo do primeiro grupo de indivíduos é superior ao do segundo grupo.

Os resultados relativos ao coeficiente de Gini a nível nacional, urbano/rural e regional são apresentados na Figura 5. É possível notar como a desigualdade aumentou sensivelmente a nível nacional nos últimos anos (de 0,42 para 0,47) e que o aumento foi mais acentuado para a zona urbana e a zona sul. Este é um aumento muito substancial do coeficiente de Gini. O rácio p90/p10 aponta

para um nível de consumo 6 vezes superior dos indivíduos no percentil 90 comparado com os indivíduos no percentil 10 (Figura 6).

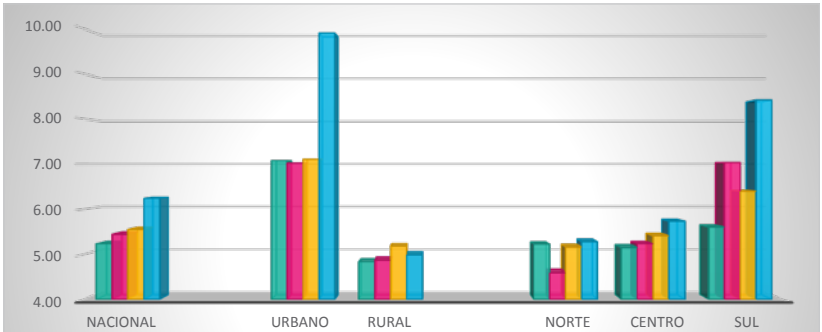
Figura 5: Coeficiente de Gini, nível nacional, urbano/rural e regional



	Nacional		Urbano	Rural		Norte	Centro	Sul
IAF96	0.40		0.47	0.37		0.38	0.38	0.43
IAF02	0.42		0.49	0.36		0.39	0.39	0.48
IOF08	0.42		0.48	0.37		0.41	0.38	0.46
IOF14	0.47		0.55	0.37		0.40	0.41	0.54

Nota: O coeficiente de Gini está limitado no intervalo [0,1], onde o zero representa a inexistência de desigualdade, e a medida que a desigualdade vai crescendo o coeficiente aproxima-se a um.

Figura 6: Rácio de percentis p90/p10, nível nacional, urbano/rural e regional



	Nacional		Urbano	Rural		Norte	Centro	Sul
IAF96	5.23		7.08	4.83		5.22	5.15	5.60
IAF02	5.44		7.02	4.87		4.59	5.23	7.03
IOF08	5.55		7.11	5.18		5.16	5.41	6.40
IOF14	6.24		9.91	4.99		5.28	5.73	8.42

Nota: Os rácios de percentis comparam o consumo dos indivíduos num determinado percentil da distribuição (do consumo) com o consumo dos indivíduos em outro percentil. O rácio p90/p10 compara o consumo dos indivíduos no percentil 90 e no percentil 10. Este rácio diz-nos quantas vezes o consumo do primeiro grupo de indivíduos é superior ao do segundo grupo.

5. Pobreza e bem-estar multidimensional

Como discutido na introdução, existem várias abordagens utilizadas para analisar e medir a pobreza, sendo mais usadas aquelas que a medem com base nas despesas de consumo. No entanto, nos últimos anos cresceu o consenso de que a pobreza é um fenómeno multidimensional, que envolve outras dimensões para além do consumo, tais como acesso e qualidade da saúde e educação, habitação, posse de bens duráveis, liberdade, etc. As abordagens de consumo e multidimensional fornecem informações sobre diferentes características da pobreza, e, portanto, as suas estimativas podem ser vistas como complementares.

Usando a metodologia Alkire-Foster (A-F), uma das metodologias mais usadas a nível internacional para a agregação de indicadores e dimensões de privação, calculamos e apresentamos no que segue a Incidência da Pobreza Multidimensional (H), que é a percentagem de indivíduos ou agregados familiares identificados como pobres do ponto de vista multidimensional. O cálculo da pobreza multidimensional está baseado em seis indicadores, apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Indicadores e condição de privação para pobreza multidimensional

INDICADOR	CONDIÇÃO DE PRIVAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR (AF)
ALGUÉM NO AGREGADO FAMILIAR CONCLUIU O EP1	Se ninguém concluiu o Ensino Primário 1º Grau
FONTE DE ÁGUA SEGURA	Se o AF não usa água canalizada (dentro de casa, fora da casa/quintal), água do fontanário, água de furo ou poço com bomba mecânica ou manual, água mineral ou água engarrafada
SANEAMENTO SEGURO	Se o AF usa latrina não melhorada, ou não tem nenhum tipo de retrete ou latrina
COBERTURA DE MATERIAL CONVENCIONAL	Se a casa do AF não está coberta por laje de betão, telha, ou chapas (de lusalite ou zinco)
ACESSO À ELECTRICIDADE	Se o AF não tem acesso à electricidade
POSSE DE BENS DURÁVEIS	Se o AF não tem pelo menos 3 bens duráveis de uma lista de bens duráveis mais comuns (bicicleta, carro, moto, televisor, rádio, telefone, computador, impressora, cama, geleira, congelador, aparelhagem)

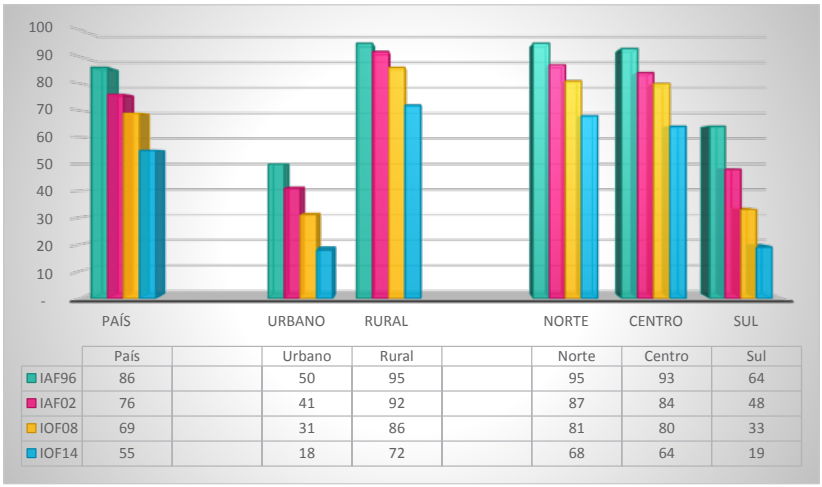
Nota: Indicadores e condição de privação considerados na avaliação da pobreza multidimensional no longo prazo, 1996/97-2014/15.

Para estimar a pobreza multidimensional usando o método A-F é necessário escolher um limite ou *cutoff* de pobreza, que é a proporção de privação suficiente para identificar um agregado familiar como pobre. O *cutoff* escolhido para o presente exercício foi quatro privações. Isso significa que os agregados familiares privados em pelo menos quatro dos seis indicadores escolhidos são considerados pobres do ponto de vista multidimensional.

De uma forma geral os resultados mostram uma redução do nível de privação ao longo do período em análise para todos os indicadores. Contudo, observa-se uma diferença no ritmo de redução entre os indicadores analisados. O acesso à educação destaca-se entre os indicadores de rápido crescimento seguido do acesso à água potável. Observa-se ainda que uma grande parte da população continua privada em alguns indicadores, principalmente nos referentes às condições habitacionais, tais como no acesso ao saneamento seguro, à electricidade e aos bens duráveis, sobretudo nas zonas rurais.

O índice *H* mostra uma grande redução ao longo do tempo, o que sugere que a proporção da população pobre do ponto de vista multidimensional diminuiu substancialmente. As diferenças entre as áreas rurais e urbanas permanecem muito grandes ao longo do tempo, e a nível regional é possível notar que o sul do país, nomeadamente Maputo Província e Maputo Cidade, apresenta níveis de pobreza multidimensional muito mais baixos do que as regiões centro e norte, em particular Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete (Figura 7). Também de notar que a pobreza apresentou uma tendência decrescente em todas as províncias. Nos mapas destacam-se os níveis de pobreza nas províncias de Cabo Delegado e Zambézia em 1996/97 e em 2002/03, Zambézia e Tete em 2008/09 e Zambézia e Niassa em 2014/15 (Figura 8).

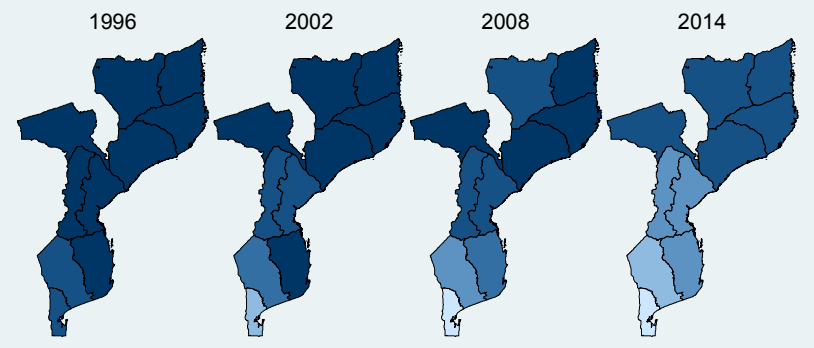
Figura 7: Incidência da pobreza (H), nível nacional, urbano/rural e regional



	País		Urbano	Rural		Norte	Centro	Sul
IAF96	86		50	95		95	93	64
IAF02	76		41	92		87	84	48
IOF08	69		31	86		81	80	33
IOF14	55		18	72		68	64	19

Nota: A Incidência da Pobreza (*H*) é a percentagem de indivíduos identificados como pobres, ou seja indivíduos que enfrentam uma percentagem de privações superior ao limite de pobreza estabelecido (quatro dos seis indicadores seleccionados).

Figura 8: Incidência da pobreza (*H*), nível provincial



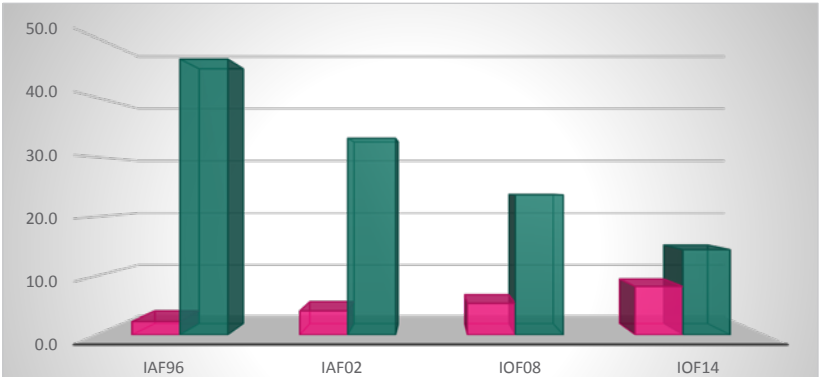
ÁREA	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
NIASSA	95	89	77	73
CABO DELGADO	97	90	83	64
NAMPULA	95	85	82	68
ZAMBÉZIA	96	92	88	75
TETE	95	89	85	67
MANICA	89	70	76	50
SOFALA	86	71	62	46
INHAMBANE	83	81	60	43
GAZA	79	52	47	23
MAPUTO PROVÍNCIA	73	38	18	7
MAPUTO CIDADE	18	13	3	1

Nota: A Incidência da Pobreza (*H*) é a percentagem de indivíduos identificados como pobres, ou seja indivíduos que enfrentam uma percentagem de privações superior ao limite de pobreza estabelecido (quatro dos seis indicadores seleccionados). Os intervalos apresentados no mapa indicam a percentagem de indivíduos pobres, e vão de 0 (ninguém é pobre) a 100 (todos são pobres).

Na Figura 9 são apresentadas as frequências da população por número de privações sofridas. Os casos de zero e seis privações são particularmente interessantes: a nível nacional a proporção

da população Moçambicana privada em todos os seis indicadores reduziu de 46,5 por cento para 14 por cento entre 1996/97 e 2014/15. Ao mesmo tempo a percentagem de indivíduos não privados em nenhum indicador aumentou desde 2 por cento para 15,8 por cento.

Figura 9: Frequências relativas ao número de privações sofridas, nível nacional (%)



	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
0	2.3	4.0	5.3	8.2
6	46.5	33.2	23.7	14.4

O incremento foi particularmente significativo nas áreas urbanas, onde a percentagem de não privados em nenhum indicador subiu para 46 por cento da população urbana. Contudo a proporção de indivíduos privados em todas as dimensões ainda é substancial nas áreas rurais (20 por cento), na zona norte (21 por cento), e na zona centro (16 por cento).

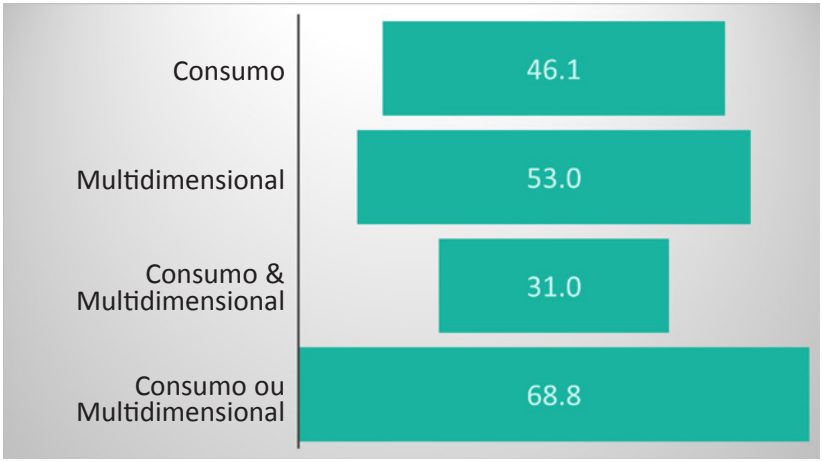
5.1 Comparação entre os resultados da pobreza de consumo e da pobreza multidimensional

Depois de termos calculado a incidência da pobreza de consumo e a incidência da pobreza multidimensional, é importante estudar a relação entre estes dois tipos de privação. Em primeiro lugar é essencial analisar até que ponto os indivíduos pobres do ponto de vista do consumo e os indivíduos pobres do ponto de vista multidimensional coincidem; em segundo lugar, é possível calcular a intersecção e a união dos dois indicadores de pobreza, ou seja avaliar a percentagem de pessoas pobres tanto do ponto de vista do consumo como do ponto de vista multidimensional (intersecção), e a percentagem de pessoas pobres pelo menos em um dos dois tipos de privação (união).

Como acima mencionado, a pobreza de consumo e a pobreza multidimensional estão relacionadas, mas elas medem tipos de privação bastante diferentes, o que quer dizer que a informação provida por uma é complementada por aquela provida pela outra. O consumo por exemplo é uma medida mais volátil enquanto os indicadores de pobreza multidimensional são mais estáveis ao longo do tempo. Na Figura 10 são apresentadas a incidência da pobreza de consumo e a incidência da pobreza multidimensional já discutidas anteriormente, enquanto nas últimas duas barras temos a intersecção e a união dos dois indicadores de pobreza, relativos ao inquérito mais recente (IOF14). Os resultados da intersecção revelam que cerca de 31 por cento da população Moçambicana é contemporaneamente pobre tanto do ponto de vista do consumo como do ponto de vista multidimensional. Esta percentagem é mais alta nas zonas rurais e do norte, e é superior

a 40 por cento nas províncias de Niassa, Nampula e Zambézia. Ao mesmo tempo a Figura 10 também destaca como mais de dois terços dos Moçambicanos (69 por cento) estejam privados em pelo menos uma das duas medidas de pobreza. As percentagens para o centro, o norte e as zonas rurais no geral ultrapassam o 70 por cento.

Figura 10: Incidência da pobreza de consumo, incidência da pobreza multidimensional, união e intersecção dos dois indicadores de pobreza, IOF14 (%)



Nota: Percentagem de pessoas pobres do ponto de vista do consumo ("Consumo") e do ponto de vista multidimensional ("Multidimensional") para o IOF14. A coluna "Consumo & Multidimensional" indica a percentagem de pessoas pobres tanto do ponto de vista do consumo que do ponto de vista multidimensional; a coluna "Consumo ou Multidimensional" indica a percentagem de pessoas pobres pelo menos em um dos dois tipos de privação.

6. Conclusões

Este resumo apresentou os resultados da análise da pobreza e bem-estar com base nos dados do IOF 2014/15, incluindo comparações com os inquéritos anteriores. Foi elaborado pela Direcção de Estudos Económicos e Financeiros, com o apoio técnico da Universidade das Nações Unidas (UNU-WIDER) e da Universidade de Copenhaga. Reconhecendo que a pobreza é um fenómeno multidimensional, para além da pobreza de consumo, outras dimensões de bem-estar foram também avaliadas.

Os resultados principais da análise são:

i Depois da estagnação observada entre 2002/03 e 2008/09, as taxas de pobreza de consumo voltaram a baixar entre 2008/09 e 2014/15;

ii Outras dimensões de bem-estar como educação, qualidade da habitação, posse de bens e acesso a serviços básicos também melhoraram;

iii Permanecem diferenças importantes entre áreas urbanas e rurais, e entre as províncias do centro e norte, e as províncias do sul do país.

É de salientar que não obstante os avanços inegáveis, os níveis de pobreza são ainda bastante altos, e portanto a redução da pobreza ainda deve permanecer como um dos objectivos centrais das políticas públicas. Aproximadamente 45 por cento dos Moçambicanos, equivalente a quase 12 milhões de pessoas, são pobres do ponto de vista do consumo, e cerca de 30 por cento da

população é privada contemporaneamente tanto do ponto de vista do consumo como do ponto de vista multidimensional. Ao mesmo tempo a redução de quase 40 pontos percentuais na proporção de pessoas pobres entre 1990 e 2015 é uma das maiores observadas no mundo, o que deixou Moçambique mais perto de atingir em 2015 o primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) de "Erradicar a Pobreza e a Fome".

7. Anexo

7.1 Linhas de pobreza

Os métodos utilizados para medir a pobreza de consumo são coerentes com as análises anteriores. Em particular, o consumo *per capita* é estimado usando dados sobre compras e autoconsumo. Este consumo é comparado com uma linha da pobreza que inclui em si a componente alimentar e a não alimentar e que é definida para 13 espaços geográficos com características de consumo homogéneos. A linha de pobreza alimentar é obtida através da identificação de um cabaz alimentar básico que:

- Reflecte padrões de consumo de famílias pobres dentro do espaço geográfico;
- Proporciona aproximadamente 2.150 calorias por pessoa por dia; e
- Respeita uma série de condições espaciais e temporais de preferências reveladas que garantem a comparabilidade da qualidade dos cabazes entre os diferentes espaços geográficos e ao longo do tempo.

Os preços pagos pelas famílias pobres, para cada elemento do cabaz, são então incluídos, de modo a calcular o custo total do cabaz básico, correspondente à linha de pobreza alimentar.

Para a estimativa da linha de pobreza não alimentar toma-se como referência as famílias cujo consumo total *per capita* é próximo

da linha de pobreza alimentar assumindo que o consumo não alimentar que estas famílias têm vai para itens não alimentares essenciais. A linha de pobreza total é obtida como soma da linha de pobreza alimentar e da linha de pobreza não alimentar. Abaixo apresentam-se as estimativas da linha da pobreza para o IOF14 (Tabela A1).

Tabela A1: Linhas de pobreza alimentares (I), linhas de pobreza não alimentares (I) e linhas de pobreza totais (III), IOF14

DOMÍNIO ESPACIAL	(I)	(II)	(III)
NIASSA & CABO DELGADO-RURAL	22,4	7,3	29,6
NIASSA & CABO DELGADO-URBANO	23,0	10,6	33,6
NAMPULA-RURAL	14,9	4,8	19,7
NAMPULA-URBANO	18,7	8,0	26,7
SOFALA & ZAMBÉZIA-RURAL	15,1	4,5	19,6
SOFALA & ZAMBÉZIA-URBANO	18,7	8,1	26,9
MANICA & TETE-RURAL	18,2	6,3	24,5
MANICA & TETE-URBANO	23,0	10,9	34,0
GAZA & INHAMBANE-RURAL	18,6	9,6	28,2
GAZA & INHAMBANE-URBANO	21,0	11,7	32,7
MAPUTO PROVÍNCIA-RURAL	24,5	13,1	37,6
MAPUTO PROVÍNCIA-URBANO	26,9	14,8	41,7
MAPUTO CIDADE	25,2	15,0	40,2

Nota: As linhas de pobreza são calculadas para 13 domínios espaciais suficientemente homogéneos. Todas as linhas de pobreza apresentadas estão expressas em Meticais por pessoa por dia.

7.2 Profundidade da pobreza, IAF96, IAF02, IOF08, IOF14

ÁREA	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
NACIONAL	29,3	19,4	19,2	16,7
URBANO	26,3	18,1	17,3	14,6
RURAL	30,1	20,0	20,1	17,7
NORTE	27,0	18,0	15,7	20,1
CENTRO	33,0	17,3	22,2	16,8
SUL	26,4	24,5	18,6	11,4

7.3 Indivíduos pobres (números absolutos), IAF96, IAF02, IOF08, IOF14

ÁREA	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
NACIONAL	12.075.464	9.666.162	11.136.448	11.826.280
URBANO	2.250.852	2.831.809	3.065.169	3.038.517
RURAL	9.824.613	6.834.353	8.071.279	8.787.763
NORTE	3.677.589	3.071.318	3.202.780	4.703.672
CENTRO	5.380.460	3.779.904	5.291.166	5.204.582
SUL	3.017.415	2.814.940	2.642.502	1.918.026

7.4 Pobreza multidimensional: Prevalência de privação por cada indicador (%)

	EDUCAÇÃO				ÁGUA				SANEAMENTO			
	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
PAÍS	64,1	53,3	40,4	32,4	73,2	58,7	57,6	47,6	95,5	86,0	82,0	71,6
URBANO	28,6	22,4	16,1	10,8	34,7	30,6	33,0	16,5	85,4	61,8	54,9	41,1
RURAL	73,6	67,8	51,0	42,6	83,5	72,0	68,3	62,2	98,3	97,4	93,9	85,9
NORTE	72,1	64,0	49,4	43,1	80,1	57,8	60,8	57,9	98,6	92,8	90,6	79,3
CENTRO	70,2	58,5	44,0	35,1	78,5	67,4	64,9	54,1	98,3	91,0	89,1	80,0
SUL	45,4	31,2	21,5	11,9	56,9	45,8	40,0	20,4	87,9	69,2	57,5	44,3
	COBERTURA				**ELECTRICIDADE**				**BENS DURÁVEIS**			
	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
PAÍS	78,3	70,9	67,3	58,0	93,9	91,1	84,8	72,9	87,3	79,5	68,7	49,8
URBANO	38,0	37,3	31,8	25,3	75,2	73,2	53,3	28,8	69,2	60,8	43,8	26,4
RURAL	89,0	86,7	82,8	73,3	98,9	99,5	98,6	93,5	92,2	88,3	79,6	60,7
NORTE	95,9	90,4	85,8	77,1	96,6	93,6	90,9	79,8	91,2	87,3	75,0	59,7
CENTRO	90,4	83,6	78,3	65,7	97,3	95,0	91,4	82,8	93,8	83,2	78,3	55,4
SUL	38,9	25,5	22,0	15,2	85,5	81,4	64,7	43,9	72,8	63,6	43,0	24,6